



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ACÓRDÃO

PETIÇÃO Nº 128 (1286-49.1996.6.00.0000) – CLASSE 18 – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

Relator: Ministro Admar Gonzaga

Requerente: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – Nacional, por seu presidente

Advogados: Renato Oliveira Ramos – OAB: 20562/DF e outros

Impugnantes: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – Municipal – Curitiba e outros

Advogados: Samuel Gomes – OAB: 15121/PR e outros

**PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO
BRASILEIRO (PMDB). ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS.**

1. À exceção dos dispositivos referentes aos arts. 1º e 77, XI e XII, do estatuto partidário, incide o art. 28 da Res.-TSE 23.465, no sentido de que “a impugnação deve ser formulada em petição fundamentada dirigida ao relator, com a clara identificação dos fatos e dos fundamentos jurídicos do pedido”, razão pela qual se afigura incabível o conhecimento da impugnação, em relação às demais disposições, à míngua de fundamentação.

2. Os convencionais foram devidamente cientificados para a convenção partidária que tinha como um dos pontos de deliberação a alteração do nome da agremiação para Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tendo sido a mudança aprovada pela maioria dos presentes, conforme análise de farta prova documental, inclusive dos registros de áudio e vídeo do ato convencional, não havendo contrariedade à Constituição Federal nem à legislação infraconstitucional, circunscrevendo-se a deliberação no âmbito da autonomia do partido.

3. No tocante à alteração do art. 77, não houve mudança quanto às competências do Conselho Nacional atribuídas à Comissão Executiva Nacional, que já constavam da anterior redação do estatuto – não questionada anteriormente pelos impugnantes e cujo pedido de homologação fora deferido por este Tribunal Superior. Em suma, as mesmas competências atribuídas anteriormente à Comissão Executiva Nacional constam do novo estatuto

apresentado, que foi apenas atualizado, tendo sido inseridos, efetivamente, apenas os incisos XIII e XIV não impugnados efetivamente e que se referem ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e às eventuais coligações.

4. No que concerne à competência do Conselho Nacional alusiva à regulamentação, por resoluções, de disposições do Estatuto, o Ministério Público identificou que ela não constava anteriormente. Na verdade, em versões anteriores do estatuto, sempre foi prevista tal competência, mas, na última retificação sucedida, a agremiação não fez referência a ela no art. 76, XI, apenas corrigindo o erro material do art. 73, II, devidamente homologado por este Tribunal.

5. Não obstante, fato é que tal competência regulamentadora foi novamente referida no texto apresentado pela agremiação, ressaltando-se que sempre se previram quatro competências do Conselho Nacional à Comissão Executiva Nacional e não há notícia de deliberação a respeito de eventual mudança. Assim, também merece homologação o art. 77, XI, quanto à referência feita ao art. 74, VII, diante da mera correção do erro apurado pelo diretório.

Impugnação que se julga improcedente.

Pedido de alterações estatutárias deferido.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em rejeitar a impugnação e deferir as alterações estatutárias requeridas pelo Diretório Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), nos termos do voto do relator.

Brasília, 15 de maio de 2018.



MINISTRO ADMAR GONZAGA - RELATOR

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO ADMAR GONZAGA: Senhor Presidente, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) apresentou pedido de alteração de dispositivos estatutários, comunicando, entre outras deliberações, a decisão pelo restabelecimento do nome Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (fls. 414-416), acompanhada de documentos (fls. 417-505).

~~A agremiação afirma que foi deliberado o restabelecimento do nome do partido para MDB (Movimento Democrático Brasileiro), sem modificar o número da legenda.~~

Aduz que também os artigos foram renumerados, mantida a ordem sequencial e foram realizadas adaptações, considerando mudanças na legislação eleitoral relativas ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), às coligações, às regras de contabilidade envolvendo doações, prestação de contas e destinação de sobras financeiras, dada a Reforma Eleitoral de 2017, bem como se previu a obrigação de a Fundação Ulysses Guimarães devolver eventuais sobras financeiras, na ausência de dispêndio da totalidade dos recursos que lhe foram destinados.

Acrescenta que *“não foram feitas alterações estatutárias relevantes, salvo [quanto] ao nome do partido. De uma forma geral, foram substituídas regras revogadas e sem qualquer eficácia por regras vigentes e válidas”* (fl. 415).

Publicado o Edital 1/2018 (fls. 504-505), foi apresentada impugnação pelos diretórios municipais do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, bem como por Rafael Xavier Schuartz, Celso Francisco Sandrini e Antenor Ferrari (fls. 509-525v), filiados e respectivos presidentes dos indigitados diretórios, acompanha de documentos (fls. 526-609v), sustentando, em síntese, que:

- a) os impugnantes são autores da Ação Ordinária 0012661-46.2017.8.07.0001, proposta contra o Diretório Nacional do



PMDB, na qual pretenderam a concessão de tutela de urgência, a fim de que na Convenção do dia 19 de dezembro, ou outra data avençada, houvesse restrição à ordem do dia, no que diz respeito às modificações estatutárias *"necessários à adequação do Estatuto à legislação emergente, em especial ao comando do art. 9º da Lei nº 13.488/2017"* (fl. 510v);

b) em que pese ter sido negada a tutela de urgência, ficou consignado na decisão que *"a própria convocação já atende aos anseios do requerente, mormente considerando que eventuais matérias e debates travados na Convenção Nacional Extraordinária não poderão extrapolar os limites das questões pautadas, sob pena de nulidade"* (fl. 511);

c) ficou claro que somente poderão ser registradas nesta Corte Superior as alterações estatutárias que se amoldem ao conteúdo material da referida decisão, quais sejam:

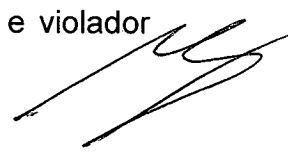
i) as necessárias a adequar o Estatuto ao art. 9º da Lei 13.487/2017; e

ii) as indispensáveis a correção de erro material;

d) impugnam, assim, o registro de todas as alterações estatutárias que não estejam resguardadas pela decisão proferida na ação ordinária;

e) a presente impugnação tem como objeto os dispositivos alterados que não estão em consonância com a decisão proferida na ação ordinária: arts. 1º, 25, 56, 77, XI, XIII e XIV, 84, 104, § 2º, § 3º e § 4º, 106, § 1º, 108, I e § 2º, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 133 e 134;

f) verificaram-se alterações ilegais que visam subtrair poder ao Conselho Nacional em favor da Comissão Executiva Nacional, o que enseja a aplicação do princípio *venire contra factum proprium*, em face do comportamento contraditório e violador



da boa-fé objetiva nas relações interpartidárias, por parte do Presidente Nacional do PMDB;

g) o Presidente Nacional do Partido, quebrando o compromisso assumido com os correligionários e em flagrante desrespeito à decisão proferida na ação ordinária, valeu-se da Convenção Nacional Extraordinária para mudar o nome do partido, concentrar poderes na Comissão Executiva Nacional e reformular o programa partidário, ainda que se tenha alegado, no ato convencional, que não se efetivariam alterações estatutárias, mas meras adaptações e correções;

h) na verdade, houve mudanças profundas e radicais na estrutura e no funcionamento da agremiação, com intensas repercussões deletérias na cultura partidária e na democracia interna, mediante a edição de regras de ferocidade concentradora de poder na Comissão Executiva Nacional;

i) a título de exemplo, a nova redação dada ao art. 77, XI, do Estatuto, omitido nas comunicações feitas aos diretórios estaduais e municipais dos Estados do sul do país, tem efeitos explosivos sobre o funcionamento da legenda, concentrando nas mãos da Executiva Nacional importantes prerrogativas do Conselho Nacional, as quais estão elencadas no art. 74, I, III, VI e VII, a demonstrar que sofreu um ataque oligárquico concentrador de poder e excludente da participação dos órgãos federativos e dos filiados;

j) foi excluída do art. 77, XII, do Estatuto a expressão “nos termos do art. 52”, a qual submetia a criação e o funcionamento de órgãos de apoio, de cooperação e de ação partidária de âmbito nacional pela Comissão Executiva Nacional, o que era possível apenas *ad referendum* do Conselho Nacional;

k) tais modificações não foram submetidas à deliberação da Convenção Nacional, mas, mesmo que houvessem sido



debatidas e aprovadas, não teriam validade, pois contrariam os termos da negativa de tutela antecipada na ação ordinária manejada pelos impugnantes;

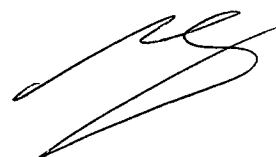
l) a nova redação dada ao art. 77 do Estatuto estabelece que as prerrogativas do Conselho Nacional migrariam para a Comissão Executiva Nacional, possibilitando, dentre outros atos, que ela prorrogue os mandatos dos diretórios estaduais, municipais, zonais e, o que é razoável se supor, os seu próprio mandato, sem o consentimento do Conselho Nacional, o qual abrange a participação democrática das bases partidárias;

m) a convocação da Convenção Nacional Extraordinária está eivada de nulidade, conforme se verifica pelas razões anteriormente expostas, porquanto não foi posta em discussão na convenção, conforme registros de áudio e vídeo da convenção;

n) o Presidente do partido também agiu de modo pouco democrático no episódio referente à dissolução do Diretório Regional do PMDB em Pernambuco;

o) as modificações pretendidas não foram objeto de debate nas bases municipais, não foram abertas à emendas por parte da comissão especial (que nem mesmo foi constituída), violando o princípio da participação dos filiados na vida partidária, conforme preconizado na Constituição Federal, na Lei dos Partidos Políticos e do Estatuto do Partido;

p) a alteração no nome da agremiação partidária não foi submetida à deliberação da Convenção Nacional, conforme registro de áudio e vídeo do conclave, além do que a decisão referente à tutela de urgência não permitiu nenhuma alteração estatutária expressiva, salvo aquelas necessárias à adequação à nova legislação e à correção de erro material.



Devidamente notificado, o Diretório Nacional apresentou defesa (fls. 617-632), acompanhada de documentos (fls. 633-693), alegando, em síntese, que:

- a) a decisão proferida pela Justiça Comum indeferiu o pleito liminar requerido, razão pela qual não se pode extrair conteúdo positivo quanto à convocação da convenção, cujo procedimento se demonstrou regular;
- b) quanto à alteração estatutária, foi encaminhado um projeto a todos os diretórios regionais, nos termos do § 3º do art. 119 do Estatuto, com adaptações destacadas e registro das alterações sugeridas;
- c) não houve impugnação de qualquer filiado ou diretório, muito menos foram apresentadas emendas;
- d) a simples discordância quanto ao conteúdo de alterações aprovadas pela Convenção Nacional nem sequer poderiam ser objeto de impugnação, por mera discordância, por se tratar de matéria *interna corporis*, à míngua de incompatibilidade em face de dispositivos legais e constitucionais;
- e) no que diz respeito à competência da Comissão Executiva Nacional, não houve qualquer alteração ou a alegada concentração de poderes, "*muito menos alteração no art. 76 do atual Estatuto (art. 77 das proposta do novo Estatuto)*" (fl. 626), questão que já tinha sido apreciada pelo Tribunal anteriormente, em face de retificação de erro material no estatuto;
- f) igualmente não há dúvida sobre a deliberação expressa a respeito de alteração do nome da legenda.

À fl. 695, determinei a oitiva dos impugnantes, diante da documentação apresentada pelo diretório nacional, decorrendo o prazo sem manifestação, conforme certidão de fl. 698.



Em despacho de fls. 700-701, determinei a intimação dos impugnantes, a fim de que indicassem as testemunhas arroladas, especificando a sua relevância para o processo e qual fato elas relatariam em juízo, bem como para que, no mesmo prazo, juntassem aos autos os registros de áudio e vídeo da Convenção Nacional.

Ademais, determinei que, caso houvesse a juntada de novos documentos, ou mesmo dos registros de áudio e vídeo supracitados, o impugnado (requerente) fosse ouvido, no prazo de três dias.

Os impugnantes se manifestaram às fls. 704-747, e o requerente, por sua vez, às fls. 753-757.

A douta Procuradoria-Geral Eleitoral manifestou-se, às fls. 760-762, pelo indeferimento do pedido de produção de prova testemunhal.

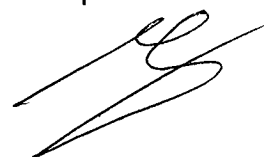
Por decisão de fls. 764-767, indeferi o pedido de produção de prova testemunhal formulado pelos diretórios municipais do Partido do Movimento Democrático Brasileiro em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, por Rafael Xavier Schuartz, Celso Francisco Sandrini e Antenor Ferrari.

Por meio do parecer de fls. 775-780, a Procuradoria-Geral Eleitoral opinou *"pela parcial procedência dos pedidos formulados pelos impugnantes, com o parcial deferimento do pedido de anotação de alteração estatutária formulado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, com determinação de modificação dos arts. 77, XI, e 134 de seu Estatuto, para fim de adequação aos ditames legais e constitucionais"* (fl. 780).

É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO ADMAR GONZAGA (relator): Senhor Presidente, trata-se de pedido de alteração estatutária apresentado pelo Diretório do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), no qual



comunica, entre outras deliberações, a decisão pelo restabelecimento do nome Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (fls. 414-505).

De início, anoto que foi ofertada impugnação pelos diretórios municipais do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre), bem como por Rafael Xavier Schuartz, Celso Francisco Sandrini e Antenor Ferrari (fls. 509-525v).

Na referida peça, assevera-se que a impugnação diz respeito à totalidade das alterações pretendidas no Estatuto do Partido (fls. 511-516).

~~Todavia, compulsando o teor da impugnação, vê-se que~~ apenas as modificações de alguns dispositivos foram impugnadas de maneira fundamentada, a merecer, portanto, o exame da oposição a tais dispositivos, tratados de forma individualizada.

Assim, **à exceção dos arts. 1º e 77, XI e XII, do Estatuto partidário, incide o art. 28, § 1º, da Res.-TSE 23.465**, no sentido de que *“a impugnação deve ser formulada em petição fundamentada dirigida ao relator, com a clara identificação dos fatos e dos fundamentos jurídicos do pedido”*, razão pela qual não conheço da impugnação em relação às demais disposições.

De qualquer sorte e quanto aos dispositivos não atacados, registro que, como bem apontou o órgão ministerial, o Diretório Nacional *“trouxes esclarecimentos sobre as modificações ocorridas no Estatuto (fls. 623-625), procedendo à análise individual dos artigos alterados”* (fl. 779v).

Acrescentou o Parquet ainda que: *“Da análise de tais dispositivos, verifica-se que as alterações se limitaram à adequação do Estatuto às disposições da reforma eleitoral ocorrida em outubro de 2017 (Leis nº 13.487/2017 e nº 13.488/2017), por vezes de forma literal, saliente-se, ou a modificações de ordem meramente formal, que não trouxeram alterações substanciais ao texto do Estatuto”* (fl. 779v).



Da decisão judicial do Foro de Brasília/DF, relativa à ação ordinária proposta pelos impugnantes.

Os impugnantes argumentaram que somente podem ser registradas neste Tribunal Superior Eleitoral as alterações estatutárias em conformidade ao conteúdo material derivado da decisão proferida no âmbito da Ação Ordinária 0012661-46.2017.8.07.0001, proposta pelos ora impugnantes contra o Diretório Nacional.

Examinando o teor da decisão proferida pelo Juízo da 15ª Vara Cível de Brasília (fls. 582-582v), vê-se que o magistrado, na verdade, indeferiu o pedido de tutela provisória de urgência, por não vislumbrar *“a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”* (fl. 582v).

Por pertinente, reproduzo o teor do citado *decisum* (fls. 582-582v):

Estabelece o estatuto de Id 12225614 que:

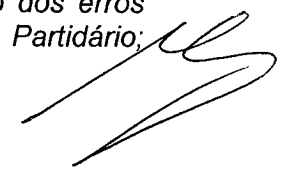
“Art. 121. O presente Estatuto poderá ser alterado pela Convenção Nacional, pelo voto da maioria de seus membros.

§ 1º. Havendo proposta de alteração do Estatuto, a Comissão Executiva Nacional designará uma comissão, que abrirá prazo para emendas, elaborando, ao final, um anteprojeto. Este anteprojeto, após submetido à Comissão Executiva Nacional, será levado a publicação, na íntegra, no Diário Oficial da União, com aviso daquela publicação em jornal de grande circulação no País, 60 (sessenta) dias antes da data da Convenção.

§ 2º. Quando a proposta de alteração estatutária for de iniciativa da Comissão Executiva Nacional, o prazo a que se refere o parágrafo anterior será de 30 (trinta) dias.

§ 3º. A Comissão Executiva Nacional enviará cópias integrais do anteprojeto aos Diretórios Estaduais, para que estes as reenviem aos Diretórios Municipais, fixando prazo razoável para a formulação de emendas”.

Contudo, a leitura do Ofício nº 010/2017 (Id 12225943) revela que foram pautados para debate na Convenção Nacional Extraordinária do dia 19.12.2017 os seguintes pontos: a) restabelecimento do nome MDB – Movimento Democrático Brasileiro, e suas consequências; b) adequação do Estatuto à legislação eleitoral e correção dos erros materiais; c) início de discussão sobre o novo Programa Partidário;



d) adoção e implementação de nova política de integridade, governança e compliance do partido.

A adequação do Estatuto à legislação eleitoral constitui obrigação ope legis, não podendo ter seu campo de incidência restringido por disposição estatutária, pois, como se sabe, o estatuto se subordina aos ditames da lei. Os demais itens levados a debate não se atrelam à modificação do estatuto.

Desta forma, a própria convocação já atende aos anseios do requerente, mormente considerando que eventuais matérias e debates travados na Convenção Nacional Extraordinária não poderão extrapolar os limites das questões pautadas, sob pena de nulidade.

A par disso, a convocação partiu da Comissão Executiva Nacional, no exercício de suas atribuições estatutárias. E a remarcação foi aprovada pela mesma Comissão Executiva na reunião do dia 27/09/2017, conforme documento de id 12226217.

Ante tais considerações, ausentes os requisitos legais, eis que não se vislumbra a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, INDEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência.

Deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação.

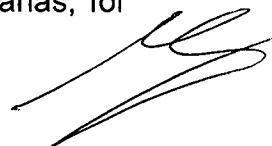
Cite-se e intime-se a parte Ré, pela via postal ou, se necessário, por mandado ou precatória, para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Grifo nosso.

Assim, embora os impugnantes defendam que as modificações estatutárias deveriam observar o “conteúdo material derivado da decisão interlocutória referida, quais sejam: i) as necessárias a adequar o Estatuto ao art. 9º da Lei 13.487/2017; e ii) a indispensável a corrigir erro material” (fl. 511), o Juízo de Brasília não acolheu o pedido de tutela de urgência, de modo que se possa extrair efeitos desse pronunciamento judicial.

A esse respeito, igualmente observou a PGE no sentido de que, “como bem destacou o impugnado, não havia uma determinação judicial específica a ser obedecida” (fl. 777v).

Por fim, registro que, por petição de Protocolo 3.136/2018, o diretório nacional noticiou que a ação judicial proposta pelos impugnantes, antes da realização da convenção que aprovou as alterações estatutárias, foi



extinta pelo Juízo da 15ª Vara Cível de Brasília/DF, por sentença de 11.5.2018, acolhendo-se a preliminar de inépcia da inicial.

Diante desse contexto, a decisão judicial invocada, referente ao pedido de tutela de urgência indeferida, não tem relevância para a apreciação do pedido de homologação das alterações estatutárias ora em exame.

Mérito.

Passo ao exame dos dispositivos estatutários que foram fundamentadamente contestados na peça impugnativa.

1. Alteração da denominação do partido no art. 1º do Estatuto

O partido deliberou pelo restabelecimento do nome da agremiação para MDB – Movimento Democrático Brasileiro, sem alteração do respectivo número. Seguem as disposições, em sua antiga e nova redação pretendida:

Texto atual (fl. 352):

*Art. 1º. O **Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB**, com sede e domicílio jurídico em Brasília, Capital da República, reger-se-á por este Estatuto, definidor de sua estrutura interna, organização e funcionamento, nos termos do art. 17 da Constituição Federal.*

Redação proposta (fl. 428):

*Art. 1º. O **Movimento Democrático Brasileiro – MDB**, partido com sede e domicílio jurídico em Brasília, Capital da República, reger-se-á por este Estatuto, definidor de sua estrutura interna, organização e funcionamento, nos termos do art. 17 da Constituição Federal, **bem como, no que couber, pela legislação federal infraconstitucional em vigor.***

Parágrafo único – O Movimento Democrático Brasileiro utilizará as formas “MDB”, “Movimento” e “MOVE” como denominações abreviadas, a teor do que dispõe o artigo 15 da Lei nº 9.096/95.

Os impugnantes sustentam, em suma, que a pretendida alteração no nome da agremiação partidária não foi submetida à deliberação da Convenção Nacional, conforme registro de áudio e vídeo do conclave por eles acostado.




De início, infere-se do Edital de Convocação da Convenção Nacional Extraordinária publicado no Diário Oficial da União (fl. 559), trazida pelos impugnantes, que, na pauta definida, constava a deliberação sobre “*o restabelecimento do nome Movimento Democrático Brasileiro – MDB e suas consequências*” (fl. 559).

Igualmente, à guisa de reforço dessa constatação, constam ofícios encaminhados ao Diretório Estadual do Paraná (fl. 564), datado de 27.10.2017 e, ainda, aos Diretórios Municipais de Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre (fl. 573), ora impugnantes, datado de 8.12.2017, os quais registram que as adaptações do Estatuto abrangeriam a “*substituição das referências ao PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro para MDB – Movimento Democrático Brasileiro*” (fls. 564 e 573).

A iniciativa de mudança do nome da legenda já tinha sido objeto da Ata de Reunião da Comissão Executiva Nacional, de 16.8.2017 (fl. 638), em que o Presidente do partido consignou que “*o PMDB precisa se aproximar mais dos eleitores. Um dos pontos dessa mudança seria o restabelecimento do nome do Partido para MDB – Movimento Democrático Brasileiro. Pontuou que no âmbito mundial já há a tendência para que as siglas partidárias sejam modernizadas, com a exclusão do nome Partido. Relatou a existência de pedidos junto ao TSE de constituição de partido político com o uso da expressão Movimento. Por tudo isso, considera relevante que seja deflagrada essa mudança, com a convocação de uma Convenção Nacional para tratar do assunto*” (fl. 640).

Tal questão foi reiterada na reunião da Comissão Executiva Nacional de 13.9.2017 e de 21.11.2017, conforme se extrai das respectivas atas de fls. 655-666 e fls. 677-681, cuja intenção de deliberação de troca da denominação do partido inclusive foi comunicada, especificamente, aos diretórios municipais impugnantes, conforme se infere às fls. 745-746.

Assim, inequívoco que foi deliberada a realização de futuro ato convencional para apreciação da questão e demais alterações já aprovadas pela Comissão Executiva Nacional, além da adequação do Estatuto à legislação eleitoral (fls. 648-649), com a publicidade exigida.



De outra parte, o Diretório Nacional sustenta que “mesmo distribuído o projeto do Estatuto para todos os Diretórios Estaduais, como previsto no Estatuto, não houve impugnação alguma de qualquer filiado ou Diretório, muito menos foram formuladas emendas, o que seria permitido, como autorizado pelo art. 119, p. 3º, do Estatuto anterior. Ou seja, os mesmos impugnantes que agora reclamam das alterações aprovadas pela Convenção, não falaram nada em momento oportuno, muito menos apresentaram sugestões ou emendas” (fls. 754-755).

Por sua vez, o Ministério Público afirma que “os convencionais foram devidamente convocados para a convenção partidária que tinha como um dos pontos de deliberação a alteração do nome da Agremiação, tendo sido a mudança aprovada pela maioria dos presentes” (fl. 775).

Nesse sentido, não vislumbrou o órgão ministerial nenhuma irregularidade, nos seguintes termos (fl. 778):

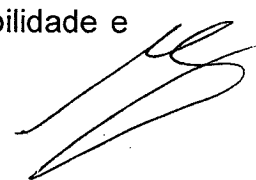
21. Com relação ao art. 1º, que implicou a alteração do nome da Agremiação para “Movimento Democrático Brasileiro” (fl. 428), verifica-se que do edital de convocação de fl 487, que o item nº 1 da pauta da Convenção Nacional Extraordinária de 19/12/2017 era justamente o “restabelecimento do nome MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – MDB e suas consequências”.

22. Diante desse contexto, soa pouco crível a alegação dos impugnantes de que a alteração do nome do Partido não teria sido submetida à deliberação na Convenção Nacional, uma vez que o primeiro ponto da pauta de discussão era justamente esse.

23. Não bastasse isso, restou assentado na ata da Convenção Nacional Extraordinária ter havido 325 votos a favor da mudança da denominação do Partido, 88 contrários, 27 em branco e 2 nulos (fl. 425).

24. Não se pode perder de vista que o espaço para o questionamento da decisão ora impugnada é a instância partidária indicada no Estatuto, no caso a Convenção Nacional, sendo a impugnação prevista no art. 28 da Resolução/TSE nº 23.465/2015 limitada às violações à Constituição ou legislação infraconstitucional, sob pena de evidente ofensa ao art. 17, § 1º, do Texto Constitucional, que consagra a autonomia dos partidos políticos.

Os impugnantes afirmam, também, que a convenção foi conduzida com autoridades intercalando discursos sobre temas diversos, mas sem se facultar aos delegados manifestação, subtraindo-se a possibilidade e discussão das alterações estatutárias.



Todavia, tal circunstância não se revela de manifesta relevância, a implicar, por si só, a invalidade da deliberação em tela, dada a indispensável necessidade de condução dos trabalhos e considerado o número de presentes.

Assim, diante da magnitude do evento, não é razoável, ao contrário do que defendem os impugnantes, se considerar que seria facultada a palavra a todos os representantes partidários presentes no local, visto que se tratava de reunião de âmbito nacional.

De outra parte, examinando o teor da mídia relativa à Convenção Nacional trazida pelos impugnantes (fl. 747), não se vislumbra irregularidades.

Dos registros de vídeos (41:10), verificam-se imagens da abertura da Convenção Nacional Extraordinária (3:23) e de discursos do presidente do partido, Senador Romero Jucá (18:04), da secretária de Política para as Mulheres, Deputada Federal Fátima Pelaes (8:08), e do Presidente da República, Michel Temer (11:31).

Tanto na abertura dos trabalhos como nos discursos subsequentes, foi mencionada, mesmo que genericamente, a alteração na denominação do partido para MDB.

A esse respeito, o presidente do partido, Senador Romero Jucá, ressaltou em seu discurso os motivos pelos quais estava sendo preconizada a mudança no nome da agremiação partidária, tendo ele inclusive se utilizado de frases atribuídas a Ulisses Guimarães e de projeção de filme com a nova logomarca do partido.

Rejeito, portanto, a impugnação alusiva à alteração do art. 1º do Estatuto do PMDB, no qual se prevê a nova designação da legenda.

2. Alteração do inciso XI e XII do art. 76 (que passou a ser o inciso XI e XII do art. 77, diante da renumeração do estatuto a partir do art. 21)

O art. 76 do Estatuto do PMDB passou a ser o respectivo art.

77.



Infere-se que essa modificação decorreu de uma renumeração sequencial dos artigos a partir do art. 21-A do antigo estatuto (fl. 356), que passou a ser o art. 22 (fl. 432).

Houve modificação do teor do inciso XI do art. 77, que passou a ter o seguinte teor:

Texto atual (fl. 367):

Art. 76. Compete à Comissão Executiva Nacional:

[...]

~~*XI – exercer as competências do Conselho Nacional referidas nos incisos I, IV, VII, sem prejuízo de ulterior deliberação deste;*~~

XII – decidir sobre a criação e funcionamento dos órgãos de apoio, de cooperação e de ação partidária de âmbito Nacional, ad referendum do Conselho Nacional;

Redação proposta (fls. 473-474):

Art. 77. Compete à Comissão Executiva Nacional:

[...]

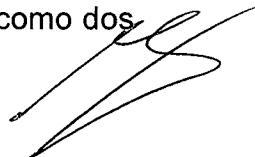
XI – exercer as competências do Conselho Nacional referidas nos incisos I, III, VI e VII, do art. 74, sem prejuízo de ulterior deliberação deste;

XII – decidir sobre a criação e funcionamento dos órgãos de apoio, de cooperação e de ação partidária de âmbito Nacional, ad referendum do Conselho Nacional, nos termos do art. 52;

XIII – fixar os critérios para distribuição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), mediante Resolução, nos termos do art. 16-C, § 7º, da Lei n. 9.504/97, com a redação dada pela Lei n. 13.487/2017;

XIV – fixar os critérios de escolha e substituição dos candidatos e do regime das coligações nas eleições majoritárias, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, publicando-os no Diário Oficial da União até 180 (cento e oitenta) dias antes das eleições, nos termos do § 1º do art. 17 da Constituição Federal e art. 7º, § 1º da Lei n. 9.504/97.

As inclusões dos incisos XIII e XIV não foram questionadas, até porque dizem respeito à fixação dos critérios para distribuição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), nos termos do art. 16-C, § 7º, da Lei 9.504/97, com a redação dada pela Lei 13.487/2017, bem como dos



critérios de escolha e substituição dos candidatos e do regime das coligações nas eleições majoritárias, também nos termos do § 1º do art. 17 da Constituição Federal e do art. 7º, § 1º, da Lei 9.504/97.

Todavia, os impugnantes asseveram que a nova redação dada ao art. 77, XI, do Estatuto atribui à Comissão Executiva Nacional prerrogativas de Conselho Nacional, as quais estão elencadas no art. 74, I, III, VI e VII, de forma a excluir a participação dos órgãos federativos e dos filiados.

Arguem ainda que a nova redação dada ao aludido dispositivo prevê que as prerrogativas do Conselho Nacional migrariam para a Comissão Executiva Nacional, possibilitando que ela prorogue os mandatos dos diretórios estaduais, municipais, zonais e, o que é razoável se supor, os seus próprios mandatos, sem o consentimento do Conselho Nacional, o qual abrange a participação democrática das bases partidárias.

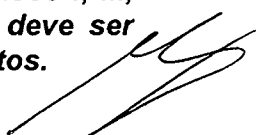
Não procede tal argumentação, porque houve mera atualização do estatuto, e não mudança efetiva de competências.

Excetuando-se a competência prevista no art. 77, VII ("regulamentar, por Resoluções, disposições deste Estatuto") – que analisarei em seguida, diante do destaque dado no parecer ministerial – a PGE assinala que ***"quanto às demais competências do Conselho Nacional atribuídas à Comissão Executiva Nacional, que constam da nova redação do art. 77, XI, do Estatuto, não podem ser objeto da presente impugnação, uma vez que já constavam da versão anterior do Estatuto, cujo registro fora deferido por esse Tribunal Superior por meio do acórdão de fls. 404-411" (fl. 779, grifo nosso), aduzindo que "quanto ao ponto, que os impugnantes não questionaram aquela versão do Estatuto (fl. 396)" (fl. 779).***

Reproduzo, no ponto, a argumentação do *Parquet* (fls. 778-779v):

VII

25. No que se refere ao art. 77, XI, do Estatuto, que prevê competir à Comissão Executiva Nacional "exercer as competências do Conselho Nacional referidas nos incisos I, III, VI e VII do art. 74, sem prejuízo de ulterior deste", deve ser acolhida parcialmente a impugnação formulada nos autos.



26. A redação do referido dispositivo é reprodução praticamente literal do art. 76, XI, constante da última versão do Estatuto registrada por esse Tribunal Superior Eleitoral (fl. 367).

27. O aludido art. 76, XI possuía a seguinte redação:

Art. 76. Compete à Comissão Executiva Nacional:

[...]

XI – exercer as competências do Conselho Nacional referidas nos incisos I, IV e VII, sem prejuízo de ulterior deliberação deste.

28. Já as competências do Conselho Nacional destacadas no art. 76, XI eram as seguintes (fl 366):

Art. 73. Compete ao Conselho Nacional:

I – julgar os recursos que lhe sejam interpostos de atos e decisões da Comissão Executiva Nacional ou dos Diretórios Estaduais;

II – revogado (Convenção Nacional de 02/03/2013)

III – elaborar o seu regimento interno;

IV – promover a responsabilidade dos Diretórios Estaduais, e, na omissão destes, dos Municipais e Zonais, decidindo sobre sua dissolução, intervenção e reorganização;

V – traçar a linha política e parlamentar de âmbito nacional a ser seguida pelos representantes do Partido;

VI – definir, extraordinariamente, a posição e linha do Partido em situações políticas específicas não abrangidas por decisões anteriores dos órgãos partidários;

VII – fixar as datas das Convenções Ordinárias dos órgãos partidários, bem como prorrogar por até um ano os mandatos dos seus membros;

VIII – regulamentar, por Resoluções, disposições deste Estatuto.

29. O art. 77, XI, do Estatuto passou a ter a seguinte redação:

Art. 77. Compete à Comissão Executiva Nacional:

[...]

XI – exercer as competências do Conselho Nacional referidas nos incisos I, III, VI e VII do art. 74, sem prejuízo de ulterior deliberação deste.

30. Já o art. 74 passou a ter a seguinte redação:

Art. 74. Compete ao Conselho Nacional:

I – julgar os recursos que lhe sejam interpostos de atos e decisões da Comissão Executiva Nacional ou dos Diretórios Estaduais;

II – elaborar o seu regimento interno;



III – promover a responsabilidade dos Diretórios Estaduais, e, na omissão destes, dos Municipais e Zonais, decidindo sobre sua dissolução, intervenção e reorganização;

IV – Traçar a linha política e parlamentar de âmbito nacional a ser seguida pelos representantes do Partido;

V – definir, extraordinariamente, a posição e linha do Partido em situações políticas específicas não abrangidas por decisões anteriores dos órgãos partidários;

VI – fixar as datas das Convenções Ordinárias dos órgãos partidários, bem como prorrogar por até um ano os mandatos dos seus membros;

VII – regulamentar, por Resoluções, disposições deste Estatuto.

Note-se que a única alteração havida na redação do 77, XI, do Estatuto, em relação à redação do art. 76, XI, do Estatuto anterior, é o acréscimo da competência prevista no art. 77, VII (“regulamentar, por Resoluções, disposições deste Estatuto”). Grifo nosso.

Realmente, o Tribunal, em sessão de 18.12.2017, deferiu anterior pedido formulado pelo Diretório Nacional para correção de um erro material, em acórdão assim ementado (fl. 404):

Apresentada a documentação exigida pelo art. 49 da Res.-TSE 23.465, qual seja, a ata da Convenção Nacional Extraordinária do PMDB, a cópia do inteiro teor do estatuto e a sua alteração registrada em cartório de pessoas jurídicas, defere-se o pedido de anotação de retificação do estatuto da agremiação, para consignar a expressão “revogado” no inciso II do art. 73 do referido regulamento, mantida a numeração original dos demais incisos, conforme decidido pela Convenção Nacional Ordinária sucedida em 2.3.2013.

Assim, as mesmas competências que foram atribuídas anteriormente à Comissão Executiva Nacional, em remissão ao anterior art. 73, agora constam no art. 74, com a atualização correspondente dos incisos, tendo sido inseridos, na verdade, apenas os incisos XIII e XIV (fl. 444), não impugnados efetivamente e que se referem ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e às eventuais coligações.

As competências do Conselho Nacional, que antes eram conferidas à Comissão Executiva Nacional, de acordo com os incisos referidos no art. 76, XI (fls. 366 e 367), eram as seguintes:



I – julgar os recursos que lhe sejam interpostos de atos e decisões da Comissão Executiva Nacional ou dos Diretórios Estaduais;

IV – promover a responsabilidade dos Diretórios Estaduais e, na omissão destes, dos Municipais e Zonais, decidindo sobre sua dissolução, intervenção e reorganização;

VII – fixar as datas das Convenções Ordinárias dos órgãos partidários, bem como prorrogar por até um ano os mandatos dos seus membros.

No novo estatuto, as competências foram as seguintes, de acordo com os incisos referidos no art. 77, XI (fls. 443-447):

I – julgar os recursos que lhe sejam interpostos de atos e decisões da Comissão Executiva Nacional ou dos Diretórios Estaduais;

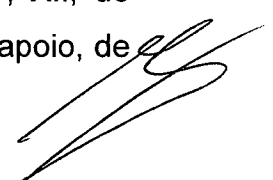
III – promover a responsabilidade dos Diretórios Estaduais e, na omissão destes, dos Municipais e Zonais, decidindo sobre sua dissolução, intervenção e reorganização;

VI – fixar as datas das Convenções Ordinárias dos órgãos partidários, bem como prorrogar por até um ano os mandatos dos seus membros.

No caso, o antigo art. 73 tinha 8 incisos, com o inciso II constando como revogado (fl. 366). O novo art. 74 foi atualizado, excluindo inciso revogado e passando a contar com 7 incisos (fl. 443).

Nesse ponto, o Diretório Nacional esclarece que ***“em momento algum houve alteração das competências da Comissão Executiva Nacional. Houve, isso sim, a correção do Estatuto para restabelecer as competências da Comissão Executiva Nacional que haviam sido suprimidas em decorrência de um erro material”*** (fl. 627, grifo nosso).

Outro ponto questionado pelos impugnantes é o fato de que teria sido excluída a expressão “nos termos do art. 52” do art. 77, XII, do Estatuto, a qual submetia a criação e o funcionamento de órgãos de apoio, de



cooperação e de ação partidária de âmbito nacional pela Comissão Executiva Nacional ao referendo do Conselho Nacional, bem como que tal modificação não foi submetida à deliberação da Convenção Nacional.

Todavia, o Diretório Nacional, em contestação, aduziu que a referência ao art. 52 é expressa, razão pela qual *“o Conselho Nacional permaneceu com competência para referendar eventual criação de órgãos de apoio, cooperação e ação partidários, exatamente como defendem os impugnantes”* (fl. 628).

Realmente, no art. 77, XII (fl. 443), consta a mesma exigência do referendo do Conselho Nacional nessa hipótese. Na verdade, o dispositivo tornou-se mais explícito quanto à exigência, ao fazer referência ao atual art. 52, que não constava na redação anterior do art. 76, XII (fl. 367) e correspondia ao art. 51 (fl. 361).

Nessa linha, igualmente entendeu a PGE (fl. 779v):

IX

42. No que se refere ao art. 77, XII, do estatuto, sem razão os impugnantes.

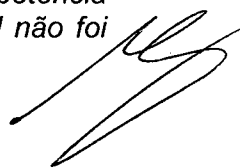
43. Segundo eles, a nova redação do dispositivo não traria mais a expressão “nos termos do art. 52”, que remete à criação e funcionamento dos órgãos de apoio, de cooperação e de ação partidária de âmbito nacional, por parte da Comissão Executiva Nacional, ao referendo do Conselho Nacional.

44. No entanto, consoante se verifica na nova versão do Estatuto (fl. 474), consta expressamente da redação do art. 77, XII, a expressão “ad referendum do Conselho nacional, nos termos do art. 52”. Grifo nosso.

Por fim, o Ministério Público opinou somente pela não homologação da alteração do inciso XI do art. 77 do estatuto, ao fazer referência ao inciso VII do art. 74, pelas seguintes razões (fls. 779-779v):

32. E, nesse ponto, razão assiste aos impugnantes.

33 Se a convocação da Convenção Nacional se limitou a mencionar a discussão sobre o “restabelecimento do nome MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – MDB e suas consequências” e sobre a “adequação do Estatuto partidário à legislação eleitoral e correção de erros materiais”, a aludida transferência de competência do Conselho Nacional para a Comissão Executiva Nacional não foi



objeto da convocação, pois não se amolda a nenhuma das situações nele destacadas.

34 Ou seja, nesse ponto há nulidade decorrente de vício na convocação para a Convenção Nacional.

35. Nessa perspectiva, deve ser determinado ao Partido que exclua do art. 77, XI, a alusão ao inciso VII do art. 74, pois os convencionais não foram convocados para discutir alterações nas competências do Conselho Nacional e da Comissão Executiva Nacional.

[...]

VIII

38. Em razão da atribuição da competência prevista no inciso VII do art. 74 à Comissão Executiva Nacional não ter sido objeto do edital de convocação para a Convenção Nacional, deve ser determinada, também, a alteração do art. 134 do Estatuto.

39. Isso porque, o aludido dispositivo passou a ter a seguinte redação:

Art. 134. Compete ao Conselho Nacional editar Resoluções regulamentadoras de normas e artigos deste Estatuto, e à Comissão Executiva Nacional, por delegação.

40. E como se viu, a competência do art. 74, VII, é justamente a de "regulamentar, por Resoluções, disposições deste Estatuto".

41. Assim, deve ser determinado ao Partido que modifique o art. 134 do Estatuto, de modo a excluir de sua redação a Comissão Executiva Nacional.

Todavia, no que concerne à competência referida no art. 77, XI, em alusão ao inciso VII do art. 74 (fl. 443), trata-se também de retificação do estatuto, e não de competência nova atribuída à Comissão Executiva Nacional.

Consultando as cópias dos Estatutos do PMDB, constantes do sítio do Tribunal Superior Eleitoral¹, vê-se, que, entre as competências do Conselho Nacional, já era atribuída à Comissão Executiva Nacional a atribuição de "regulamentar, por Resoluções, disposições deste Estatuto", senão vejamos:

a) 1996 – art. 73, VIII, e art. 76, XI;

b) 2007 – art. 73, VIII, e art. 76, XI;

¹ <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partidos-registrados-no-tse/partido-do-movimento-democratico-brasileiro>



No estatuto de 2013, vê-se que igualmente havia a competência do Conselho Nacional citada no art. 73, inciso VIII (fl. 366), mas o art. 76, XI, ficou sem a devida referência a essa competência (fl. 367), apenas se corrigindo o erro material do art. 73, II, devidamente homologado por este Tribunal (fls. 404-411).

Por tal razão, a PGE identificou a ausência de menção a essa competência no art. 76, XI, do último estatuto.

Todavia, fato é que tal competência para expedir resoluções – por parte do Conselho Nacional e atribuída à Comissão Executiva – agora foi novamente referida no texto apresentado pela agremiação, considerando que ela constava em versões anteriores do estatuto. Ressalto que sempre se previram quatro competências do Conselho Nacional à Comissão Executiva Nacional e não há notícia de deliberação a respeito de eventual mudança.

Assim, o Diretório Nacional, ao proceder a revisão do estatutos e de erros apurados, efetuou o ajustamento do antigo art. 76, XI, com relação a tal competência, passando atualmente a ser referida no art. 77, XI.

Desse modo, reafirmo: não houve nenhuma deliberação do PMDB para alterar tais competências do art. 77, XI, mas há mera retificação do estatuto nesse ponto.

Rejeito, também, a impugnação nesse ponto.

Conclusão.

Pelo exposto, voto no sentido de julgar improcedente a impugnação ofertada pelos Diretórios Municipais do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de Curitiba, de Florianópolis e de Porto Alegre, bem como por Rafael Xavier Schuartz, Celso Francisco Sandrini e Antenor Ferrari (fls. 509-525).

Em consequência, homologo as alterações estatutárias requeridas pelo Diretório Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.



ESCLARECIMENTO

O SENHOR MINISTRO TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO: Senhor Presidente, peço ao eminente relator um esclarecimento sobre matéria fática.

Eu recebi em audiência os eminentes advogados representantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – Municipal, de Curitiba, e sobreveio a informação quanto à existência de debate na Justiça Comum sobre essa mesma temática. Pergunto se há prejuízo em relação à matéria?

O SENHOR MINISTRO ADMAR GONZAGA (relator): Não há fato novo. Tomamos conhecimento de que a ação na Justiça Comum já teve o seu termo.

MATÉRIA DE FATO

O DOUTOR LUIZ FERNANDO OBLADEN PUJOL (advogado): Senhor Presidente, represento o PMDB de Curitiba e agradeço pela oportunidade. Apenas uma questão de fato. A ação na Justiça Comum ainda não findou e ainda, não há decisão terminativa. O processo está na fase da oitiva de testemunhas, portanto, pode haver conflito de decisão.

O DOUTOR RENATO OLIVEIRA RAMOS (advogado): Senhor Presidente, falo em nome do PMDB – Nacional. Quanto a esse esclarecimento de ordem fática, na verdade, foi proferida sentença nesta semana, hoje foi juntada aos autos a sentença extinguindo o processo por inépcia da petição inicial.

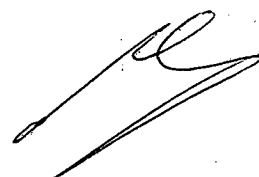
Portanto, o processo já foi extinto por falta de fundamentação hábil a impugnar as alterações estatutárias.



VOTO

O SENHOR MINISTRO TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO

NETO: Estou satisfeito. Acompanho o relator às inteiras.



EXTRATO DA ATA

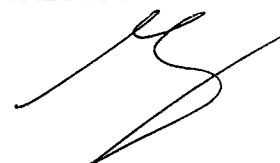
Pet nº 128 (1286-49.1996.6.00.0000)/DF. Relator: Ministro Admar Gonzaga. Requerente: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – Nacional, por seu presidente (Advogados: Renato Oliveira Ramos – OAB: 20562/DF e outros). Impugnantes: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – Municipal – Curitiba e outros (Advogados: Samuel Gomes – OAB: 15121/PR e outros).

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou a impugnação e deferiu as alterações estatutárias requeridas pelo Diretório Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), nos termos do voto do relator.

Composição: Ministros Luiz Fux (presidente), Rosa Weber, Luís Roberto Barroso, Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge Mussi, Admar Gonzaga e Tarcisio Vieira de Carvalho Neto.

Vice-Procurador-Geral Eleitoral: Humberto Jacques de Medeiros.

SESSÃO DE 15.5.2018*.



* Sem revisão das notas de julgamento dos Ministros Admar Gonzaga e Tarcisio Vieira de Carvalho Neto.